

ALEGAM PREJUÍZOS DE MILHARES DE EUROS

Espanhóis ameaçam com os tribunais devido à degradação do cais de VRSA

Desde novembro que os automóveis não podem passar no 'ferry' por questões de segurança. A Docapesca já avançou com uma candidatura a fundos comunitários para a instalação de uma nova estrutura, mas a decisão só será conhecida em maio

> DOMINGOS VIEGAS

Os responsáveis da empresa espanhola que faz o transporte fluvial entre Vila Real de Santo António e Ayamonte ponderam avançar para os tribunais, alegando prejuízos económicos, devido ao facto de não poderem transportar veículos por causa do estado de degradação em que se encontra cais de embarque da cidade pombalina.

Os empresários espanhóis explicaram ao Jornal do Algarve que estão "fartos de alertar para a situação" e de não obterem respostas, e garantiram que, antes de tomar aquela medida, querem falar com os responsáveis da Docapesca, entidade que gere a zona ribeirinha onde se localiza o cais de embarque de Vila Real de Santo António. Porém, ameaçaram que avançarão mesmo para a via judicial se a reunião se revelar inconclusiva e se o problema não for resolvido "rapidamente".

A Docapesca proibiu o transporte de veículos automóveis no passado dia 6 de novembro, por questões de segurança, no mesmo dia em que recebeu um relatório da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António a alertar para o perigo. Desde então, já lá vão quase cinco meses, a Empresa de Transportes do Rio Guadiana, sediada na cidade pombalina, e a Transportes Fluviales del Guadiana, de Ayamonte, as duas empresas que garantem o serviço de 'ferry', passaram a transportar apenas passageiros e os prejuízos ascendem já a vários milhares

de euros.

"Perdemos o Natal, perdemos o Carnaval, perdemos este período da Páscoa e, muito provavelmente, também vamos perder o próximo verão, que é uma época fundamental para nós. É muito prejuízo, ainda mais numa altura em que já não temos o movimento que tínhamos há alguns anos atrás", lamentou Juan Venezuela, um dos responsáveis da Transportes Fluviales del Guadiana.

Prejuízos de milhares de euros

De acordo com o empresário, até àquela proibição, os 'ferries' que fazem a ligação entre as duas margens do Guadiana transportavam uma média diária de seis veículos, a um preço de 5,5 euros cada. Em média, cada veículo tinha três pessoas e cada uma pagava mais 1,80 euros por cada bilhete individual. Feitas as contas, os prejuízos rondam os 1.700 euros mensais. "E já lá vão cinco meses a acumular prejuízos, porque isto é sempre a multiplicar", frisa Juan Venezuela.

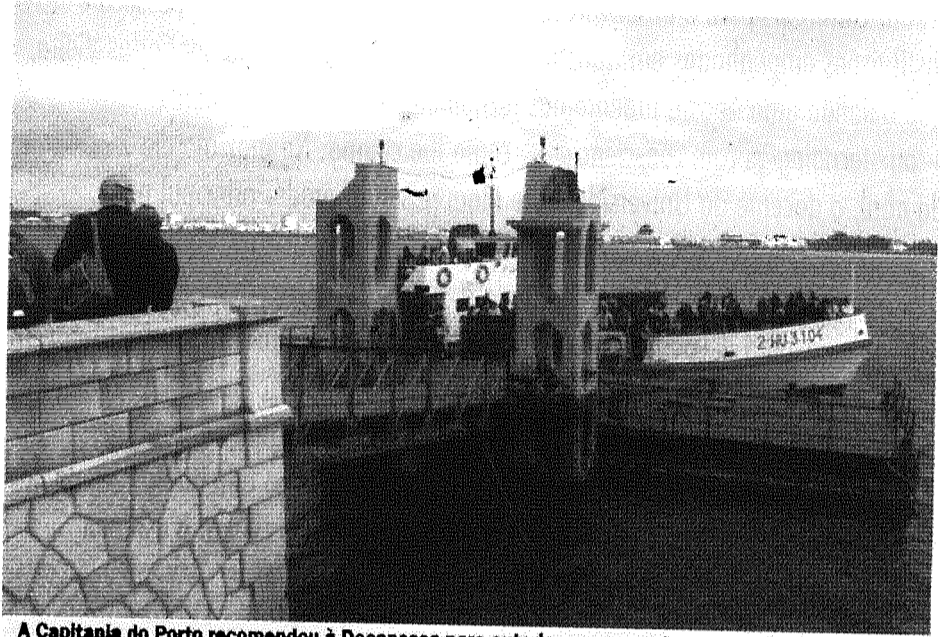
Estes números podem parecer pouco significantes, mas não é bem assim. Aquelas duas empresas já tinham sofrido um rude golpe há 25 anos, quando foi construída a Ponte Internacional do Guadiana. A infraestrutura foi positiva para a economia e para as populações de ambos os países, em geral, mas para as empresas de transporte fluvial representou quase o seu desaparecimento. Daí para cá, têm sobrevivido graças às épocas festivas e ao verão, altura em que o número de passageiros e de veículos transportados aumenta ligeiramente.

...e "péssima imagem para o turismo"

Além da questão económica, Juan Venezuela fala ainda da "péssima imagem que se está a dar aos turistas", já que, os que passam a pé, ficam com a ideia de sair da Europa, quando embarcam no remodelado cais de Ayamonte, e de entrar num país do terceiro mundo, quando chegam ao degradado cais de Vila Real de Santo António.

"Não dizemos às pessoas que o impedimento para transportar veículos é a degradação do cais. Dizemos que estão a ser efetuados trabalhos de manutenção ou damos outra desculpa, mas as pessoas não são estúpidas, apercebem-se do que se passa e que estamos a mentir. Já não temos mais desculpas para dar aos clientes. Além do turismo, é também a imagem destas empresas que está em causa", considera Juan Venezuela.

O Jornal do Algarve tentou contactar os responsáveis da empresa vila-realense que reparte o serviço de 'ferry' do Guadiana com a empresa espanhola e que está a passar pelas mesmas dificuldades, mas tal não foi possível até à hora do fecho desta edição. Porém, o nosso jornal sabe que a Empresa de Transportes do Rio Guadiana tem que pagar à Docapesca, pela utilização do cais, uma percentagem do valor de cada bilhete vendido.



A Capitania do Porto recomendou à Docapesca para autorizar apenas o transporte de passageiros

Manutenção antes da substituição

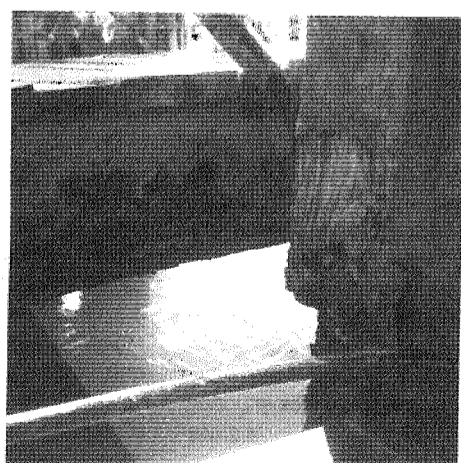
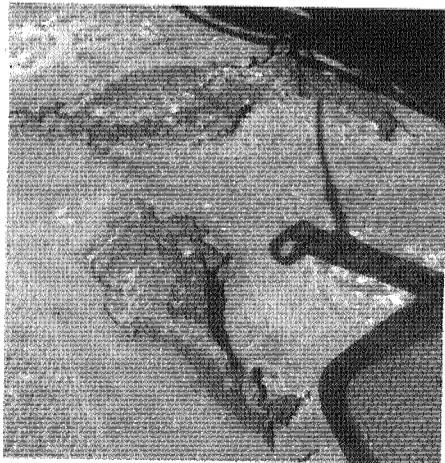
Entretanto, José Apolinário, atual secretário de Estado das Pescas e ex-presidente do Conselho de Administração da Docapesca, explicou ao Jornal do Algarve que foi apresentada, no passado dia 22 de janeiro, uma candidatura ao Programa Operativo de Coopera-

ção Transfronteiriça Espanha Portugal (POCTEP) para a construção de um novo cais de embarque.

A obra está orçada em mais de um milhão de euros e a referida candidatura tem o objetivo de obter cerca de 400 mil euros de fundos comunitários. Porém, a decisão sobre a aprovação só será conhecida

no próximo mês de maio.

O governante garantiu ainda que a Docapesca "está a analisar as soluções técnicas para minimizar o problema", enquanto o novo cais não for instalado, e que "já está a efetuar os contactos para a realização de uma intervenção de manutenção", a qual deverá ter uma proposta em meados de abril.



A degradação do cais de embarque é cada vez mais visível!

PUB

Mãe Soberana
Loulé
Nossa Senhora da Piedade
27 mar. Festa Pequena 10 abr. Festa Grande